

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE GEOGRAFIA

ROSENI VARGAS CORREA

**DIAGNÓSTICO SOCIAL DA OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE, LOCALIZADA NA REGIÃO CENTRAL DO
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.**

CRICIÚMA

2013

ROSENI VARGAS CORREA

**DIAGNÓSTICO SOCIAL DA OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE, LOCALIZADA NA REGIÃO CENTRAL DO
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharel em
Geografia no curso de Geografia da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Nilzo Ivo Ladwig

CRICIÚMA

2013

ROSENI VARGAS CORREA

**DIAGNÓSTICO SOCIAL DA OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE, LOCALIZADA NA REGIÃO CENTRAL DO
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do Grau de Bacharel em Geografia,
no Curso de Geografia da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha
de Pesquisa em Planejamento e Gestão
Ambiental e Territorial.

Criciúma, 03 de dezembro de 2013.

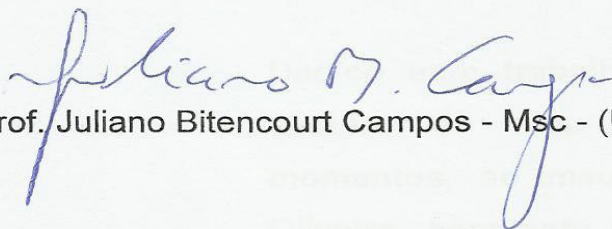
BANCA EXAMINADORA



Prof. Nilzo Ivo Ladwig - Dr. - UNESC - Orientador



Prof. Yasmine de Moura da Cunha -Msc- (UNESC)



Prof. Juliano Bitencourt Campos - Msc - (UNESC)

Dedico este trabalho a pessoa que está sempre do meu lado, em todos os momentos, ao meu esposo, Benedito A. Oliveira, constante incentivador dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Conhecimentos foram adquiridos e desafios foram superados, mas sozinha seria impossível contabilizar mais essa vitória em minha vida.

Primeiramente, quero agradecer ao meu esposo, Benedito, pelo apoio e esforço contínuo para que tudo fosse possível e pelo exemplo de sabedoria que me transmitiu. Também divido o mérito desta conquista com meus filhos, Samuel, Isabel e Francisco que depositaram confiança e entusiasmo.

Agradeço aos sábios mestres que transmitiram a beleza do conhecimento, em especial ao meu orientador, Professor Dr. Nilzo Ivo Ladwig pela sua dedicação e paciência.

Não poderia deixar de fazer referência a todos os funcionários da Prefeitura de Balneário Rincão, pela imensa cooperação nas informações repassadas. Além deles, os meus sinceros agradecimentos pelas informações transmitidas à senhora Maria Albertina Silvino da Silva (Presidente da Associação Mulheres do Mirassol). A sua contribuição foi de grande importância para a realização deste trabalho.

Por fim, dedico todo meu amor e carinho aos meus animais de estimação, que todos os dias alegram a minha casa e o meu dia a dia. Aos meus cães e gatos.

**“A natureza fez o homem feliz e bom, mas
[...] a sociedade o corrompe e torna-o
miserável.”**

Jean-Jacques Rousseau

RESUMO

Este trabalho busca compreender a ocupação da Área de Preservação Permanente com base em estudos sobre a comunidade que ocupa o entorno da Área de Preservação Permanente localizada na parte central do Balneário Rincão/SC. Tem como objetivo geral analisar a importância da Área de Preservação Permanente (APP), na preservação da biodiversidade e conservação da paisagem a partir de um estudo de caso no loteamento Mirassol, município de Balneário Rincão (SC). Além disso, como objetivos específicos, busca identificar e mapear a Área de Preservação Permanente, segundo orientação da legislação pertinente; caracterizar a paisagem e a ocupação no entorno da área de estudo; e avaliar a percepção ambiental da população de entorno no uso e ocupação do espaço. Para identificar a Área de Preservação Permanente, segundo a legislação pertinente, será realizado um levantamento bibliográfico referente à legislação federal, estadual e municipal que trata do tema. A identificação da Área de Preservação Permanente, ainda segundo orientação da legislação, será realizada com base na construção de mapa dos dados disponibilizados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDS/2012, na forma de imagem ortorretificada. A caracterização da ocupação no entorno da área de estudo será realizada por meio da análise de imagens (ortorretificada), mencionadas anteriormente, bem como através da realização de entrevistas para avaliar a percepção ambiental da população de entorno no uso e ocupação do espaço com a aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas, oportunizando ao entrevistado expressar a sua opinião. A área de estudo, localizada na parte central do município de Balneário Rincão (SC), foi ocupada de forma irregular em função da expansão urbana desordenada. Sendo assim, a área se apresenta parcialmente urbanizada, concretizando-se na existência de vários problemas ambientais como: a extração de areia, depósito de resíduos sólidos e a formação de lagoas artificiais. Isso ocorre devido à ausência de uma política de proteção e controle e conservação deste espaço. Este trabalho constitui-se de grande importância para a geografia, pois oferece um estudo sobre as leis de proteção ao meio ambiente sobre as relações da sociedade com a natureza, além dos agravos ambientais que existem em áreas de preservação permanente.

Palavras-chave: Área de preservação permanente. Preservação ambiental. Balneário Rincão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Resumo da metodologia empregada em cada um dos objetivos	14
Figura 1 – Mapa de localização do município de Balneário Rincão no Estado de Santa Catarina	30
Figura 2 – Mapa da localização da área de estudo	33
Figura 3 – Isolamento da área de APP	39
Figura 4 – Isolamento da área de APP	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Profissão/ocupação dos moradores.....	35
Gráfico 2 – Local de trabalho das moradoras entrevistadas	36
Gráfico 3 – Procedência das moradoras do loteamento Mirassol	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
IS	Instituto Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SDS	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 GERAL	13
2.2 ESPECÍFICOS	13
3 METODOLOGIA	14
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
4.1 ÁREAS PROTEGIDAS: HISTÓRIAS E DESAFIOS	16
4.2 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP): HISTÓRICO E CONCEITO	17
4.3 LEGISLAÇÃO PERTINENTE QUE REGULAMENTA AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APP.....	18
4.4 RESTINGAS.....	20
4.5 CÓDIGOS AMBIENTAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	22
4.6 A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	24
4.7 ESPAÇO NATURAL E ESPAÇO GEOGRÁFICO	25
4.8 O CONCEITO DE PAISAGEM.....	26
4.9 A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ..	28
5 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS.....	30
5.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO	30
5.2 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	32
5.3 HISTORIA ORAL.....	34
5.4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PESQUISADOS	34
5.4 RESULTADOS E ANÁLISES	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICES	49
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA	50

1 INTRODUÇÃO

As Áreas de Preservação Permanente (APP) são áreas de expressiva importância ambiental. Conforme o Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 12.651/2012), estas áreas destinam-se à preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade, à proteção do solo e à garantia do bem-estar da população humana, dentre outras finalidades. Tais áreas compreendem as margens de cursos d'água, topos de morros e encostas com declividade elevada, cobertas ou não por vegetação nativa, manguezais, restingas que servem à fixação de dunas ou estabilização de mangues, dentre outras.

Constituem-se em áreas sensíveis, sujeitas à ocorrência de erosão do solo, enchentes e deslizamentos. Dessa forma, a retirada da vegetação nativa destas áreas só pode ser autorizada em casos de obras de utilidade pública, de interesse social ou para atividades eventuais de baixo impacto ambiental. Devido a sua importância, as áreas de APP são protegidas por lei federal, estadual e municipal.

As Áreas de Preservação Permanente (APP) são constantemente ocupadas de modo irregular, seja para estabelecimento de moradia ou para desenvolvimento de atividades econômicas empresariais. As ocupações irregulares em áreas de APP, por não se enquadrarem nas normas legais, nascem suportando as consequências, como carência de saneamento básico e de diversos outros fatores que são essenciais, como água, luz, coleta de lixo. Dentre outras carências, cita-se a falta de políticas públicas, no sentido de elaborar um adequado planejamento urbano, e isto tende a agravar a ocupação caso se mantenham na irregularidade. As ocupações irregulares são um problema grave e que envolve aspectos ligados a questões de legislação, sociais, ecológicas, urbanísticas, resultando esses problemas, muitas vezes, em conflitos.

A área de estudo, localizada na parte central do município de Balneário Rincão (SC), foi ocupada de forma irregular, em função da expansão urbana desordenada. Sendo assim, a área apresenta-se deteriorada, concretizando-se na existência de vários problemas ambientais, tais como: depósito de resíduos, extração de areia e degradação do patrimônio arqueológico. Isso ocorre devido à ausência de uma política de proteção, controle e conservação deste espaço.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a

importância da APP na preservação da biodiversidade e da paisagem a partir do estudo de caso no Loteamento Mirassol, município de Balneário Rincão (SC). Para tanto, será realizada a identificação e o mapeamento da área de preservação permanente existente na área de estudo, seguindo a orientação da legislação pertinente, a caracterização da paisagem local e do processo de ocupação antrópica no entorno da área de estudo, além da avaliação da percepção ambiental da população de entorno no uso e ocupação do espaço em questão.

Este trabalho constitui-se de importância para a geografia, pois oferece um estudo sobre as leis de proteção ao meio ambiente, as relações da sociedade com a natureza e os agravos ambientais que existem em áreas de preservação permanente.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar a importância da Área de Preservação Permanente (APP), na preservação da biodiversidade e conservação da paisagem a partir de um estudo de caso no Loteamento Mirassol, município de Balneário Rincão (SC).

2.2 ESPECÍFICOS

- a) Identificar e analisar a Área de Preservação Permanente, segundo orientação da legislação pertinente;
- b) caracterizar a paisagem e a ocupação no entorno da área de estudo; e
- c) avaliar a percepção ambiental da população de entorno no uso e ocupação do espaço.

3 METODOLOGIA

Para identificar a Área de Preservação Permanente, segundo a legislação pertinente, foi realizado um levantamento bibliográfico referente à legislação federal, estadual e municipal que trata do tema. Neste sentido, foram consultadas leis, como o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/1965 e sua nova versão, a Lei nº 12.651/2012); a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (que regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação); o Código Ambiental de Santa Catarina (Lei nº 14.675/2003); resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); dentre outras.

O mapeamento da Área de Preservação Permanente, segundo orientação da legislação pertinente, foi realizado com base na construção de mapa dos dados disponibilizados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDS/2012, na forma de imagem ortorretificada.

A caracterização da paisagem da área de estudo foi feita por meio de levantamento bibliográfico referente aos aspectos físicos locais, além de análise de mapas (relevo, solo e vegetação) da referida área. A caracterização da ocupação no entorno da área de estudo será realizada por meio da análise de imagens (ortorretificadas) mencionadas anteriormente, bem como por realização de entrevistas para avaliar a percepção ambiental da população de entorno no uso e ocupação do espaço, através da aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas, o que oportuniza ao entrevistado expressar a sua opinião. O instrumento de pesquisa pode ser encontrado em apêndice A.

Quadro 1 – Resumo da metodologia empregada em cada um dos objetivos

Analisar a importância da Área de Preservação Permanente (APP), na preservação da biodiversidade e conservação da paisagem, a partir de um estudo de caso no Loteamento Mirassol, município de Balneário Rincão (SC).	
Identificar e mapear a Área de Preservação Permanente, segundo orientação da legislação pertinente.	Levantamento bibliográfico referente à legislação federal, estadual e municipal que trata do tema. Neste sentido, serão consultadas leis, como o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/1965 e sua nova versão, a Lei nº 12.651/2012), a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (que regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação), o Código Ambiental de Santa Catarina (Lei nº 14.675/2003), as resoluções do Conselho Nacional

	do Meio Ambiente – CONAMA, dentre outras.
	Com base na construção de mapa dos dados disponibilizados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDS/2012, na forma de imagem ortorretificada.
Caracterizar a paisagem no entorno da área de estudo.	Levantamento bibliográfico referente aos aspectos físicos locais e análise de mapas (relevo, solo e vegetação) da referida área.
Caracterizar a ocupação no entorno da área de estudo.	Análise de imagens (ortorretificadas)
Avaliar a percepção ambiental da população de entorno no uso e ocupação do espaço.	Entrevista para avaliar a percepção ambiental da população de entorno no uso e ocupação do espaço, com a aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas, oportunizando ao entrevistado expressar a sua opinião. Ao total, foram entrevistadas 17 moradoras.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 ÁREAS PROTEGIDAS: HISTÓRIAS E DESAFIOS

A ideia de preservar a natureza como condição fundamental para a própria existência humana nem sempre esteve presente na humanidade. Tal ideia, resultante do contínuo questionamento da humanidade acerca de suas relações com a terra, foi se desenvolvendo e se transformando desde a antiguidade, culminando no ocidente, em relações de domínio e desprezo pela natureza e ultraconfiança na tecnologia, como solução para todos os problemas ambientais causados pelo ser humano (BENSUSAN, 2006).

Acreditava-se que os recursos ambientais eram abundantes até o século XVIII e que eles nunca iriam se acabar. O homem via a natureza como um depósito, de onde se retira tudo o que lhe parece interessante. Assim, não se via necessidade de preservá-la. O valor atribuído ao meio ambiente era zero, ou seja, era considerado como bem gratuito, que não entrava na contabilidade econômica, apesar de ser usado na produção de bens e serviços. Havia a possibilidade de extrair, produzir e consumir de maneira desenfreada.

Atualmente, em grande parte do mundo, o principal instrumento para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de áreas protegidas. A necessidade de se proteger determinados espaços da destruição da nossa espécie já mostra, por si só, o tamanho desse desafio.

Em uma sociedade mais saudável, talvez fosse possível disciplinar e gerir o uso dos recursos naturais de forma mais ampla e democrática, sem que houvesse necessidade de reservar espaços especialmente para a proteção da natureza. A biodiversidade de uma área seria o produto da história da interação entre o uso humano e o ambiente. Uma combinação não apenas de alterações de fatores biofísicos, mas também de mudanças nas atividades humanas (BENSUSAN, 2006).

Acredita-se que a adoção de uma proposta de conscientização que sirva como instrumento de revisão e modificação dos hábitos de consumo do ser humano, seja necessária para que as gerações futuras possam encontrar um planeta ambientalmente sadio, capaz de proporcionar-lhes uma vida com o padrão de qualidade almejado.

Segundo Bensusan (2006), não é fácil saber quanto da biodiversidade

mundial está abrangida pelas áreas protegidas. Segundo os dados do ano de 2003, da *World Database on Protected Areas* (Banco de dados sobre áreas protegidas), que trata do banco de dados mantido pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) sobre as áreas protegidas em todo mundo, existem cerca de 100 mil áreas protegidas que cobrem aproximadamente 18 milhões de quilômetros quadrados de todo o planeta. Essas áreas são classificadas em áreas terrestres e marinhas, bem como uma boa parte das áreas privadas de conservação. De acordo com Bensusan (2006), no Brasil, atualmente, 10,52% da superfície do país está coberta por unidade de conservação, o que representa 101.474.971 hectares. Desses 10,52%, 6,34% são áreas de proteção integral e 3,53%, de uso sustentável, conforme dados compilados pelo Instituto Ambiental (IS). O maior desafio que se encontra para ter um ambiente equilibrado ainda são as áreas de preservação permanente.

Assim, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) são doze as categorias complementares de unidades de conservação, organizadas de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso em dois grandes grupos.

As Unidades de Proteção Integral tem como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei do SNUC.

As Unidades de Uso Sustentável visam a compartilhar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais, ou seja, é aquele que permite a exploração do ambiente, porém mantendo a biodiversidade do local e os seus recursos renováveis (BRASIL, 2000).

4.2 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP): HISTÓRICO E CONCEITO

As APP ou áreas de preservação permanente, compreendem margens de rios, cursos d'água, lagos, lagoas e reservatórios, topos de morros e encostas com declividade elevada e cobertas, ou não, por vegetação nativa. Tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo genético de fauna e flora, além de proteger o solo e assegurar o bem-estar da população humana (SANTA CATARINA, 2009).

Na chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, a natureza era vista

como uma fonte de recursos sem fim e as florestas não passavam de “obstáculos” que impediam o avanço do desenvolvimento. Essa visão permanece até hoje em algumas regiões do país, onde é mais barato queimar, degradar e procurar outra área do que ficar e cuidar da terra e investir no aumento da produtividade. Foi no governo Getúlio Vargas, em 1934, que se criou o Código Florestal. Ele foi criado para preservar as florestas, estabelecendo as regras de exploração florestal e as penas aplicadas àqueles que as transgredissem (KOZEL; FILIZOLA, 1996).

O Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34) obrigava os donos de terras a manterem 25% da área de seus imóveis com a cobertura de mata original. Era a chamada quarta parte. Porém, não havia qualquer orientação sobre em qual parte das terras (margens dos rios ou outras) a floresta deveria ser preservada.

A lei até incentivava a retirada total das matas nativas desde que pelo menos os 25% de reserva de lenha fossem replantados. Nesse sentido, não importava a espécie e nem a variedade de árvores, mas apenas a garantia de produção de madeira para lenha e carvão. Mas a lei de 1934 também demonstrava viés de preservação ambiental, ao criar a figura das florestas protetoras, para garantir a saúde de rios e lagos e áreas de risco (encostas íngremes e dunas). Mais tarde, esse conceito deu origem às áreas de preservação permanente (APP), também localizadas em imóveis rurais. (BRASIL, 1934).

A seguir, tem-se a legislação que regulamenta as APP.

4.3 LEGISLAÇÃO PERTINENTE QUE REGULAMENTA AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APP

As primeiras constituições do Brasil, de 1824 e 1891, não faziam referência à questão ambiental. Foi durante o governo presidencial de Afonso Pena, em 1907, que ele expressou uma mensagem de preocupação ao poder executivo sobre a necessidade de preservar e restaurar a cobertura florestal do país, afirmando que o Brasil seria o único entre os países “cultos”, dotado de matas e ricas terras, que não possuía um código florestal. Foi durante a Constituição de 1934 que, pela primeira vez, houve referência aos recursos naturais, estabelecendo nas competências da União – artigo 10, inciso III – a função de proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico (WALLAUER, 1997).

Assim, o primeiro Código Florestal Brasileiro foi editado em 23 de janeiro de 1934, por meio do Decreto Federal 23.793/34, tendo sua publicação no Diário Oficial como “Ato do Governo Provisório”, datada de 2 de março de 1935. Essa

regulamentação apresentava um caráter técnico já com uma ótica de conservação das funções básicas dos ecossistemas naturais. Além disso, tinha uma preocupação sobre a importância da conservação de todos os tipos de vegetação nativa, não somente daquelas que pudessem oferecer lenha, uma das principais fontes de energia no passado. Legalmente, as áreas de preservação permanente foram criadas no Brasil pela Lei nº. 4.771, que instituiu o Novo Código Florestal, promulgada pelo Presidente H. Castello Branco, em 16 de setembro de 1965. Esta lei modificou e detalhou o Decreto nº 23.793, de 1934, até então vigente, que aprovou o Código Florestal durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (VALLIATTI, 2004).

As APP foram criadas com o objetivo de proteger a vegetação nativa por sua relevância ecológica; preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de flora e fauna; proteger o solo; e assegurar o bem-estar das populações humanas. Ou seja, de acordo com o 2º e 3º artigo do Código Florestal Brasileiro 4.771/65:

- d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45 equivalente a 100% na linha de maior declive;
- f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 m (cem metros) em projeções horizontais. (BRASIL, 1965).

Segundo a legislação brasileira de 1965, as dunas são consideradas áreas de preservação permanente (APP) e têm sua preservação garantida por lei pelo fato de constituírem um ecossistema com características próprias e bastante diferenciadas, como fauna e flora adaptadas para sobreviver em regiões mais secas e quentes e, em alguns casos, de mudanças constantes. Os municípios litorâneos têm ainda mais necessidade de implantação e manutenção de APP, devido à existência de biomas essenciais, tais como dunas, manguezais, foz de rios e demais recursos hídricos superficiais.

As dunas são pequenas elevações arenosas que se formam em locais onde o mar traz mais areia para a praia do que consegue levar de volta e que apresentam algumas características que favorecem o acúmulo da areia, como ventos constantes que sopram em uma direção predominante, baixa pluviosidade e uma área bastante extensa, onde a areia possa se acumular (GUERRA, 1980).

As dunas, unidades marcantes do ambiente litorâneo, apresentam geoformas diversas, consideráveis riquezas ecológicas e uma dinâmica específica, responsável pela regulação da permanência do equilíbrio biofísico das dunas. São ambientes que compõem a diversidade de sistemas do litoral, em meio a alguns serviços ambientais importantes, como proteger a costa contra ventos, contribuir para a retenção da água nos aquíferos costeiros e formar lagoas. As dunas costeiras também atuam no controle entre os processos de deposição e erosão em uma praia (OLIVEIRA, 2008).

Entretanto, como expõe Oliveira (2008), as áreas de dunas estão sendo submetidas a uma série de intervenções antrópicas, particularmente caracterizadas pela rapidez e intensidade dos processos de uso e ocupação do solo. Estas áreas, que deveriam ser destinadas à regulação dos processos litorâneos, sofrem a pressão de diversos utilizadores e passam a apresentar efeitos de degradação severa pelas mudanças expressivas na dinâmica atual. Em consequência, favorece-se o aparecimento de novas dinâmicas, normalmente regidas pelo predomínio de fenômenos erosivos.

4.4 RESTINGAS

A vegetação de restinga compreende formações originalmente herbáceas, subarbustivas, arbustivas ou arbóreas, que podem ocorrer em mosaicos e também possuir áreas ainda naturalmente desprovidas de vegetação; tais formações podem ter-se mantido primárias ou passado a secundárias, como resultado de processos naturais ou de intervenções humanas. Em função da fragilidade dos ecossistemas de restinga, sua vegetação exerce papel fundamental para a estabilização dos sedimentos e a manutenção da drenagem natural, bem como para a preservação da fauna residente e migratória associada à restinga e que encontra neste ambiente disponibilidade de alimentos e locais seguros para nidificar e proteger-se dos predadores (Resolução CONAMA 261/1999)

Vegetação de praias e dunas é constituída predominantemente por plantas herbáceas geralmente providas de estolões ou rizomas, com distribuição geralmente esparsa ou formando touceiras, podendo compreender vegetação lenhosa, com subarbustos em densos agrupamentos, fixando e cobrindo totalmente o solo. Corresponde aos agrupamentos vegetais mais próximos do mar,

recebendo maior influência da salinidade marinha, através de ondas e respingos levados pelo vento (Resolução CONAMA 261/1999).

Rocha et al. (2004) colocam que a restinga, por estar localizada ao longo da costa brasileira, tem a vegetação sob intensa pressão da ocupação humana e consequente alteração da paisagem original, o que dificulta a sua conservação. Os diferentes ecossistemas que compõem a vegetação sobre a restinga são ambientes frágeis, em razão da natureza de seu solo pobre, composto de areia não consolidada e, em muitas áreas, com considerável grau de salinidade. Além disso, a vegetação sobre a restinga forma um banco de sementes incipiente quando comparado ao das florestas ombrófilas densas e semidecíduas, pois, devido às elevadas temperaturas e ao dessecamento, as sementes apresentam uma viabilidade reduzida (ROCHA et al., 2004).

Além disso, segundo Rocha et al. (2004), as restingas localizadas junto às áreas com maiores densidades humanas, são, em geral, as formações dentro do Domínio da Mata Atlântica com menor acúmulo de informação científica biológica, não apenas em termos de biodiversidade, mas também do *status* de conservação em que se encontram cada um de seus remanescentes.

O Novo Código Florestal, mediante a publicação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, modificada pela Lei nº 12.727, sancionada em 17 de outubro de 2012 e regulamentada pelo Decreto 7.830, foi feito para a regularização e adequação das Áreas de Reserva Legal e Reserva Permanente das propriedades rurais brasileiras. As Leis nº 12.651/2012 e nº 12.727/2012, aprovadas no Senado, praticamente mantiveram as distâncias do Código Florestal até então em vigor, ou seja, deve se manter protegido um raio mínimo de 50 metros ao redor das nascentes e “olhos d’água”. Por sua vez, as faixas de proteção nas margens dos rios continuam exatamente as mesmas da lei vigente hoje (30 a 500 metros dependendo da largura do rio), mas passam a ser medidas a partir do leito regular e não do leito maior nos períodos de cheia. A exceção é para os rios estreitos com até dez metros de largura, para os quais o novo texto permitiu, para aquelas margens de rio totalmente desmatadas, a recomposição de 15 metros. Assim, para rios de até 10 metros de largura em que a APP está preservada continua valendo o limite de 30 metros; para rios totalmente sem mata ciliar o produtor ainda está obrigado a recompor 15 metros.

Além disso, está prevista uma série de situações em que será possível manter cultivos e outras atividades de baixo impacto ambiental nas APP, desde que

o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e as atividades sejam declaradas ao órgão ambiental e não prejudiquem a função ambiental da área. Entre estas atividades, incluem-se: o acesso de pessoas e animais para obtenção de água; a construção de pontes e pontilhões; a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água; as trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo; a construção de pequenos ancoradouros; a coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência; o plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, que não impliquem em supressão da vegetação existente; a exploração e manejo sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterize a cobertura vegetal nativa existente (GUERRA, 1980).

Por fim, cabe aos estados brasileiros elaborar os planos de regularização ambiental, redefinindo as áreas de reserva legal de acordo com as peculiaridades e necessidades regionais.

4.5 CÓDIGOS AMBIENTAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O Código Ambiental Catarinense foi aprovado através da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

A Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONSEMA) n.001/2006, trazia que aprovava a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental passíveis de licenciamento ambiental pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e a indicação do competente estudo ambiental para fins de licenciamento.

A Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONSEMA) n.003/2008 aprovava a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental passíveis de licenciamento ambiental pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA e a indicação do competente estudo ambiental para fins de licenciamento.

Santa Catarina, por ser um Estado que apresenta peculiaridades pela sua área geográfica, pelo clima, relevo, solo, estrutura fundiária baseada na pequena propriedade rural, e, acima de tudo, pela capacidade produtiva que tem, precisou utilizar ao máximo o bom senso e a racionalidade de seus recursos naturais, anunciando a Lei nº 14.675, de 2009, com o intuito de adequar a legislação à

realidade do Estado.

O governo do Estado de Santa Catarina realizou um estudo para mudanças no código florestal, objetivando regulamentar áreas invadidas e aumentar áreas agricultáveis. Segundo o governo de Santa Catarina (2009), o licenciamento ambiental é um procedimento de controle prévio das atividades potencialmente causadoras de impacto sobre o meio ambiente, e os atos dele decorrentes não implicam na liberação ou na vulneração da necessária concessão outorgada pelo Poder Público, para exploração de bens de sua titularidade.

Os principais pontos existentes na legislação ambiental catarinense são: as Áreas de Preservação Permanente (APP), as florestas e as demais formas de cobertura vegetal, situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso de água, em banhados de altitude, nas nascentes, nos topos de morros e nas montanhas.

O código florestal de Santa Catarina determina o recuo mínimo de 30 metros, a partir das margens, sem distinção entre pequenas e grandes propriedades. Com o código florestal, ficam determinados que a largura de uma APP ao longo dos rios ou de qualquer curso de água tenha o limite de 5 metros para propriedades de até 50 hectares. Acima desse patamar, o menor recuo será de 10 metros, podendo variar de acordo com estudos técnicos elaborados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) que justifiquem a adoção de novos parâmetros. A matéria não autoriza a supressão de vegetação.

Na região Sul, as APP mais recorrentes são as denominadas matas ciliares, localizadas ao longo de rios e cursos d'água, ao redor de minas, olhos d'água, lagoas, lagos e reservatórios artificiais, estejam elas cobertas ou não por vegetação nativa.

A Resolução CONAMA nº 302/2002 estabelece que constitua APP a área com largura mínima, em projeção horizontal, no entorno dos reservatórios artificiais, medida a partir do nível máximo normal de: a) trinta metros para os reservatórios artificiais situados em áreas urbanas consolidadas e cem metros para áreas rurais; b) quinze metros, no mínimo, para os reservatórios artificiais de geração de energia elétrica com até dez hectares, sem prejuízo da compensação ambiental; c) quinze metros, no mínimo, para reservatórios artificiais não utilizados em abastecimento público ou geração de energia elétrica, com até vinte hectares de superfície e localizados em área rural. Prevê, ainda, a possibilidade de redução ou aumento de tais limites em casos específicos. A Resolução CONAMA nº 303/2002, por sua vez,

dispõem, entre outros, que constituem APP as áreas situadas: a) nas restingas, em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima ou em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues; b) em manguezal, em toda a sua extensão; c) em duna. (MACIEL, 2010).

O relacionamento do ser humano com a natureza opera obedecendo a leis e princípios necessários para a sua preservação. Mudar comportamentos para preservar a biodiversidade é hoje uma prioridade.

4.6 A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Na reflexão sobre o modo de vida em que grande parte da humanidade está imersa atualmente, encontra-se um sistema capitalista que, acima de tudo, possui um pensamento consumista que guia suas ações.

Torna-se, assim, de fundamental importância a preocupação com as atitudes, tanto individuais quanto coletivas, de toda a sociedade. Estas têm um essencial papel quando se trata em conservação da diversidade biológica, principalmente ao relacionar esta questão à realidade brasileira, pois é uma área que apresenta a maior biodiversidade mundial, somando aproximadamente 20% das espécies conhecidas pela ciência na atualidade, segundo dados fornecidos pelo guia investigando a biodiversidade (MARTINS; SARMENTO; OLIVEIRA, s.d.).

Por essas razões, tal como coloca Lévêque (1999), a educação pode ser um instrumento potente para aumentar a tomada de consciência da população em relação à proteção da biodiversidade, ao desenvolver não só os conhecimentos, mas, da mesma forma, as percepções e as atitudes das pessoas frente às diferentes formas de vida. É necessário para isso ultrapassar a visão meramente utilitarista do meio ambiente, que tem por objetivos apenas atender aos propósitos humanos.

A biodiversidade é uma grande rede com inúmeras conexões, onde o ser humano seria apenas um fio dessa teia, como já afirmava Capra (1997). É a partir do entrosamento de sentimentos, pensamentos e atitudes, reconhecendo os aspectos complexos do meio ambiente e aprendendo a apreciá-lo com reverência, que se pode diminuir a enorme pressão hoje exercida sobre os ecossistemas naturais.

A conservação e o uso sustentável da biodiversidade, assim como a possibilidade de produção de bens e serviços ambientais e da geração de emprego

e renda, representam as melhores formas de valorizar e proteger o patrimônio ambiental. Portanto, a conservação da biodiversidade é importantíssima e fundamental para um desenvolvimento adequado aos anseios mundiais de preservação, constituindo-se a base do desenvolvimento sustentável.

4.7 ESPAÇOS NATURAIS E ESPAÇO GEOGRÁFICO

O ser humano, ao longo da sua história, é aquele que vai modificando o espaço geográfico. O espaço somente passa a existir quando se verifica a interação entre o homem e o meio em que vive, do qual retira o que lhe é necessário para a sobrevivência, promovendo alterações em suas características originais. A forma como as sociedades se relacionam com o espaço vai se modificando, enquanto sua capacidade de intervenção se acentua, tornando o espaço geográfico cada vez mais abrangente, chegando, atualmente, a quase se sobrepor a todo o globo. Além disso, a presença humana efetiva não é imprescindível para que uma área seja definida como espaço geográfico, basta que a área esteja inserida nos projetos humanos ou que se verifique intervenção indireta, como, por exemplo, através de zoneamentos e delimitação de áreas de preservação (CORRÊA, 1989).

Num período muito antigo (500 d.c.) dos grupos humanos, o meio natural certamente era bem diferente. Foi um momento da história da humanidade em que o homem era coletor de alimentos e construtor de ecossistemas espaciais com os demais seres vivos, sendo que havia uma grande integração entre eles. No entanto, o mesmo homem já era diferente de outras espécies, porque criava seus próprios instrumentos, os quais ajudavam na sua sobrevivência. Desta maneira, suas atitudes diante da natureza já eram de invenção e inovação e, à medida que iam adquirindo conhecimentos sobre a natureza, as possibilidades de intervenção sobre o meio eram mais intensas. À medida que o homem foi intervindo sobre o meio, cultivando o solo, extraíndo a vegetação para liberar espaço e construindo habitações, a natureza foi sendo transformada e assim, o homem foi construindo o espaço geográfico (FERRARA, 1993).

Foi buscando a satisfação para suas necessidades que o homem plantava, criava animais, explorava os recursos naturais, recriava o meio em que vivia, provocava a ampliação de alguns espaços e proporcionava o surgimento de outros. Também surgiu a necessidade de comercializar os produtos, intensificando

as relações sociais, nas quais os contatos tornaram-se cada vez mais conflituosos e de disputa entre os grupos (MAZOYER,2010).

Nesta perspectiva, o espaço geográfico traz consigo as marcas dos seres vivos e, mais especialmente, dos homens que construíram e daqueles que hoje o transformam. Assim, Santos (1985, p. 1) faz importantes constatações, ao tratar do conceito de espaço geográfico, pois, para ele, “[...] não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso e mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual”.

Assim, pode-se afirmar que espaço é, ao mesmo tempo, natureza e sociedade. Isto não quer dizer que um está contido no outro, mas que a sociedade não existe sem a natureza que é o seu centro de reprodução onde o homem vive, se relaciona com o meio natural e com os outros seres vivos, ou seja, é onde produz e se reproduz. Ao mesmo tempo, a natureza influencia na organização humana sobre a terra, sobre os locais de moradia, os recursos naturais disponíveis etc.

O conceito de espaço tornou-se central na geografia humana que se coloca como a ciência que estuda a lógica que estabelece os padrões de distribuição espacial dos fenômenos tanto humanos como naturais que fazem a conexão dos diferentes pontos do espaço. O espaço geográfico, então, se constitui como o solo onde a sociedade se estrutura e as relações sociais e as de significado simbólico aí se estabelecem. Portanto, o espaço geográfico traz consigo as características da sociedade que o produziu e o produz ao longo do tempo histórico (SANTOS, 1985).

Ainda refletindo sobre a formação do espaço, Kozel (1996) ressalta que “compreender o conceito de espaço é compreender como o homem transforma a natureza por meio do trabalho”. Com isso, a autora quer dizer que a sociedade cria necessidades e que para satisfazê-las cria novas necessidades.

É nessa dinâmica que o espaço é permanentemente construído e reconstruído pela ação humana: alguns espaços se ampliam, outros novos vão surgindo e outros param no tempo.

4.8 O CONCEITO DE PAISAGEM

O conceito de paisagem está relacionado a tudo que os sentidos

humanos podem perceber e apreender da realidade de determinado espaço geográfico ou parte dele, e isso está diretamente relacionado à sensibilidade humana. A paisagem é formada por diferentes elementos, os quais podem ser de domínio natural, humano, social, cultural ou econômico e que se articulam uns com os outros. Há quem entenda a paisagem como uma realidade que pode ser representada visualmente em uma fotografia ou pintura. Embora a visão seja o principal sentido com o qual se observa a realidade, outros sentidos também podem participar da identificação da paisagem, introduzindo-se informações como sons e odores na descrição da paisagem, método através da qual ela pode ser bem explorada (LISBOA, 2002).

A paisagem também se constitui como uma realidade atual construída através do acúmulo de acontecimentos ou eventos passados, uma vez que o que é observado em uma paisagem da atualidade, passou por um processo de constantes mudanças. Esse aspecto pode ser percebido através da observação de fotografias de uma mesma paisagem referentes a períodos diferentes, nas quais se pode perceber o que permanece e o que foi sendo alterado, para formar a paisagem atual. De modo geral, as mudanças causadas pela natureza (como, por exemplo, a erosão) são percebidas apenas lentamente, enquanto que as alterações humanas são mais rápidas (como, por exemplo, a construção de uma cidade), embora um evento natural, como terremoto e furacão, também possa promover grandes alterações (FERRARA, 1993).

A paisagem é sempre a representação de um determinado espaço, lugar, e num determinado tempo.

Segundo Callai (1998, p. 69), a paisagem.

[...] é a imagem, a representação do espaço em um determinado momento. Não é o espaço em si, é a fotografia do espaço que tem em si as relações sociais e, como tal, expressa tudo o que existe por detrás dela. Quer dizer, tem uma história, um movimento que é resultado do jogo de forças dos homens entre si e destes com a natureza.

Assim, o autor coloca que a paisagem não se cria por acaso, mas é o resultado da vida dos homens, dos processos de produção, aliado aos movimentos da natureza.

Entretanto, é difícil encontrar formas naturais autênticas devido à intervenção humana, que vai transformando a natureza em formas construídas,

portanto, humanizadas.

Há que se considerar, entretanto, que existe uma paisagem que é natural, representada apenas pelos aspectos naturais, como rios, morros, vegetação, etc., sem a intervenção humana, portanto, pode-se dizer que não foi tocada pelo homem. Essas paisagens geralmente são pouco encontradas devido às interferências humanas.

Por outro lado, existe a paisagem cultural, que é aquela resultante das alterações promovidas pelo homem sobre o meio natural. A paisagem reproduz o *status* social dos indivíduos que viveram e vivem no lugar (FAGGIONATO, 2002).

Nas últimas décadas, a ação humana nos ecossistemas naturais tem vindo a afetar cada vez mais espécies da fauna e flora do planeta. A destruição dos habitats tem se intensificado, principalmente, devido à crescente erosão e desertificação dos solos, ao sobrepastoreio, à poluição da água, do solo e da atmosfera por substâncias químicas, aos derrames de poluentes nos mares, ao consumo de alguns animais e plantas e à introdução de espécies exóticas pelo homem (FAGGIONATO, 2002).

Com menor diversidade de espécies, a vida na Terra torna-se mais sujeita a alterações ambientais. Pelo contrário, quanto mais rica é a diversidade biológica, maior é a oportunidade para descobertas no âmbito da medicina, da alimentação, do desenvolvimento econômico, e de serem encontradas respostas adaptativas a essas alterações ambientais.

4.9 A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A percepção ambiental está relacionada com a forma que o indivíduo ou grupo social vê, compreende e se comunica com o ambiente em que ele vive.

Segundo Naine e Garcia (2004), a espécie humana está constantemente agindo sobre os meios naturais (físico e biológico), com o objetivo de sanar suas necessidades. Todas as ações humanas geram respostas emocionais e interferem em na própria satisfação psicológica do homem com o meio ambiente. Isso quer dizer que o ser humano usa os recursos naturais como se um dia nunca fossem acabar e esquecendo que é parte integrante desse meio ambiente.

Naine e Garcia (2004) também expõem que cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferenciada, e as respostas e manifestações são

resultantes das percepções de cada um. É por isso que se compreendem melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

Umas das formas mais comuns de insatisfação com a situação socioeconômica e ambiental é o vandalismo. Condutas agressivas em relação ao meio físico e arquitetônico, entre as classes menos favorecidas, simplesmente expressam a revolta pelas condições de vida a que essas populações são submetidas (NAINE; GARCIA, 2004). Isto facilita a compreensão de algumas atitudes do ser humano de destruição com o meio ambiente.

Conforme Tuan (1980), uma vez que as pessoas se instalam e se adaptam um pouco ao novo ambiente, é difícil conhecer suas atitudes ambientais, porque, ao se tornarem nativos, vão perdendo o interesse de fazer comparações e comentários para o novo lar. Ou seja, o ambiente se torna comum quando se acostumam com ele. Além disso, Tuan (1983) também expõe que as práticas cotidianas dos habitantes podem ser compreendidas através dos sentimentos de afetividade e identidade que ambos têm a partir de suas experiências locais, e essas experiências, muitas vezes, denotam práticas que são características em determinados lugares. Aborda, ainda, que o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado.

Cada indivíduo percebe e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. Assim, o estudo da percepção ambiental é de suma importância para que se possa compreender as inter-relações homem/ambiente, pois, sabendo como os indivíduos percebem o ambiente em que vivem, sua fonte de satisfação e insatisfação, será possível a realização de um trabalho, a partir da realidade do público alvo (FAGGIONATTO, 2002).

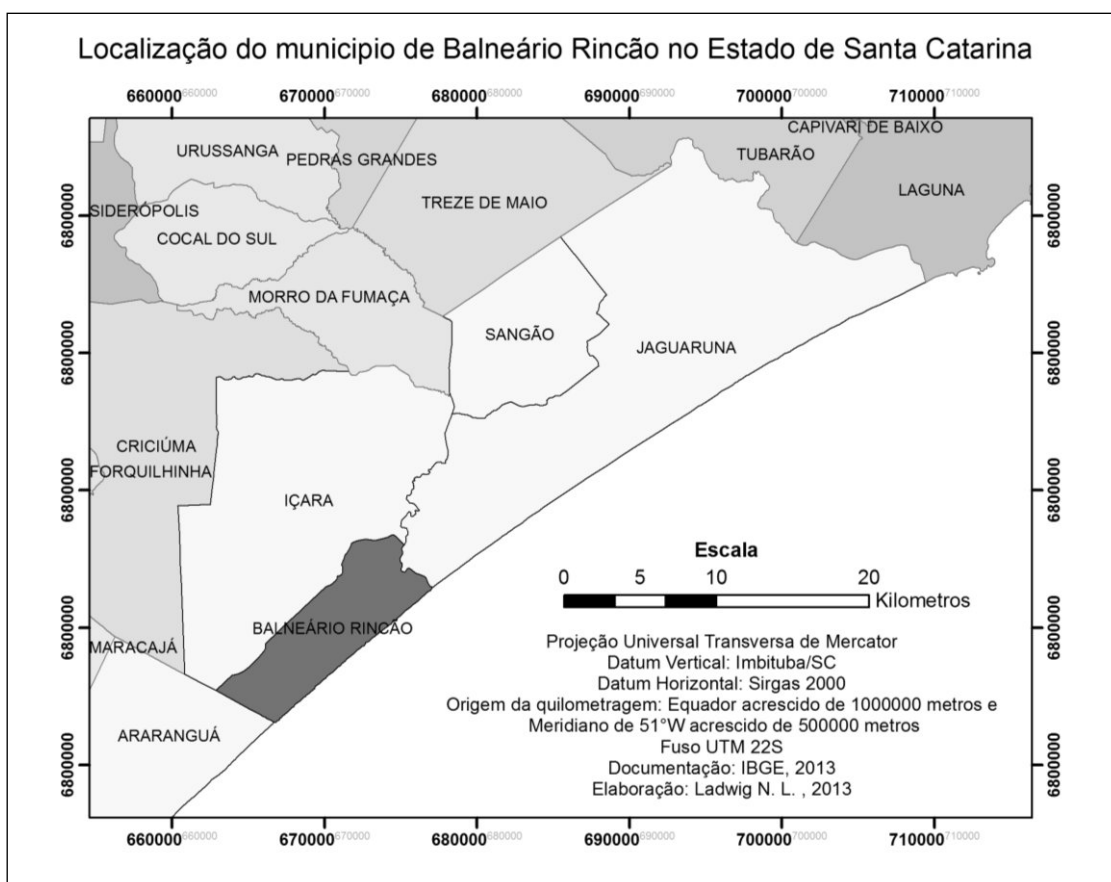
5 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

5.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

Os dados de localização e caracterização do município foram obtidos durante visita junto a Prefeitura Municipal do Balneário Rincão, a qual disponibilizou documentos, que, mediante análise, geraram a discussão que segue.

Balneário Rincão é hoje uma cidade, com seus 7 km de perímetro urbano. Limita-se ao norte com Içara; ao sul com o oceano Atlântico e o município de Araranguá; ao leste com o município de Jaguaruna e oceano Atlântico; e ao oeste com Içara, conforme a figura que segue.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Balneário Rincão no Estado de Santa Catarina



Fonte: Nilzo Ivo Ladwig, 2013

O Balneário possui 13 km de orla marítima, com duas plataformas de pesca e seis lagoas de água doce. O mar também apresenta condições de boas ondas em certas épocas do ano, sendo bastante procurado pelos surfistas, principalmente nas proximidades da plataforma norte. Hoje, após emancipado, o município de Balneário Rincão possui cerca de 11 mil habitantes e sua população, no verão, chega a 150 mil pessoas, provindas principalmente de Criciúma. As suas principais atividades econômicas são prestação de serviços, turismo e pesca.

A primeira casa construída no Balneário Rincão foi em 1560, a Casa da Nação, próxima à extinta Lagoa dos Papagaios. Em toda a costa, próximo ao mar, era comum encontrar essas casas, sendo que a maioria era construída pelos escravos, com pedras e óleo extraído das baleias. Era o local adequado para pernoitar os viajantes do mar. A principal atividade econômica do Balneário Rincão sempre foi a pesca artesanal, que, no início do seu povoamento, era trocada em engenhos das localidades vizinhas por farinha de mandioca, feijão e outros gêneros que compunham a alimentação da família.

Um dos problemas do Balneário Rincão é a baixa altitude, estando ao nível do mar, com uma pequena elevação nas sequências de morros que separa a planície litorânea da planície central, onde marca limite com o município de Içara. Além do Balneário Rincão, o Balneário da Barra Velha apresenta o mesmo problema: o lençol freático está quase ao nível do solo, inundando diversas áreas do perímetro urbano. Com as chuvas, o nível do arroio fica aumentado, as águas entram pelas ruas, principalmente no inverno, quando o vento sul represa as águas nas barras do Torneiro e Barra Velha, o que faz subir o arroio, com o pouco escoamento de suas águas.

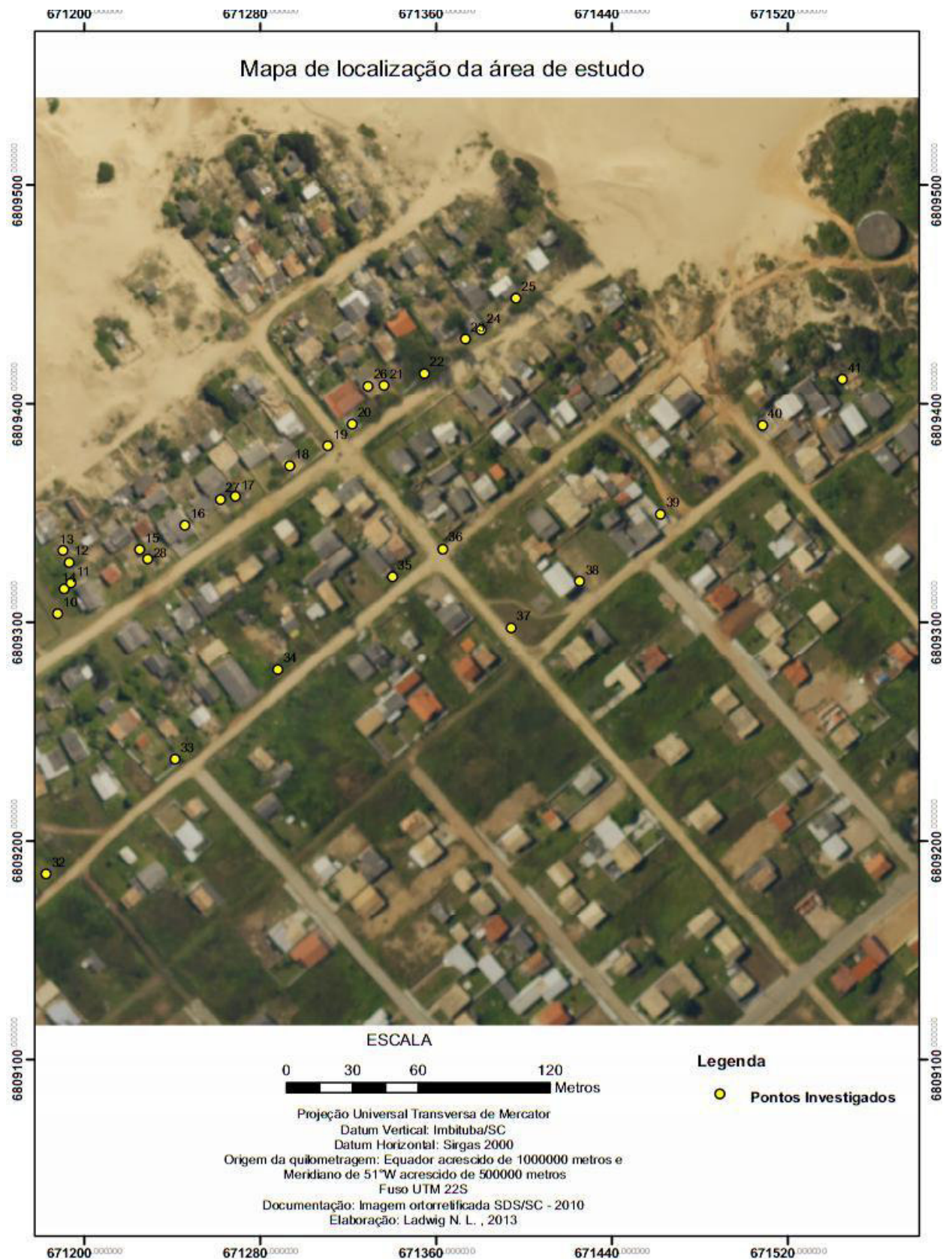
Considerando-se fundamentais as questões geológicas que envolvem o município pesquisado, é importante frisar que Balneário Rincão é caracterizado por terrenos de cobertura sedimentar cenozoica, composta por areias quartzosas médias, com depósitos fossilíferos formados no pleistoceno, em ambientes marinhos de águas rasas e ambientes lacustres. No aspecto estrutural, Balneário Rincão está enquadrado nas características de depósitos eólicos, resultantes de depósitos marinhos mobilizados pelo vento (dunas). A granulométrica é bem uniforme, de areia fina e de areia média. Além disso, não tem consolidação na escala geológica, mas tem formação recente do período quaternário.

Balneário Rincão foi elevado à categoria de distrito no dia 31/05/95, na administração do prefeito de Içara, Arthur Zanolli. O primeiro subprefeito foi o Sr. Olírio José Lino. Em 1997, na administração do prefeito Deobaldo Donato Pacheco, foi nomeado José Oscar da Rosa como 2º subprefeito do Balneário Rincão. Na sequência das administrações, outros subprefeitos administraram o Distrito. Hoje, o local é administrado pelo Prefeito Décio Gomes Góes, primeiro prefeito eleito pelo povo, que tem como vice-prefeito o Sr. Olírio José Lino. Fazem parte da Assembleia Legislativa os vereadores: Pedro Lino, Charles da Rosa, José Eloir do Nascimento, Airton Valvite Ferreira, Nilton Mauri Viana, Luiz Carlos Pinto, João Pícolo, Edmilson Braz. Como se trata de um município novo, a Lei orgânica está sendo formulada, debatida e ainda não foi votada, sendo que a Lei que rege a cidade de Rincão é a Lei Orgânica do município mãe (conforme Constituição Federal), nesse caso, a cidade de Içara.

5.2 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo localiza-se na região central do Município de Balneário Rincão. Uma área que fica a 2 km distantes do mar, onde se encontram as chamadas dunas interiores. Esta é uma área que é protegida pela legislação ambiental, mas que foi tomada pela invasão de várias casas, constituindo-se em um loteamento. Segundo o material disponibilizado pela prefeitura, a área de estudo é constituída por areias quartzosas marinhas originadas pela ação dos ventos locais. Hoje moram, aproximadamente, 170 famílias no loteamento chamado Mirassol.

Figura 2 – Mapa da localização da área de estudo



Fonte: Nilzo Ivo Ladwig, 2013

5.3 HISTORIA ORAL

A História oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões atitudes e posições, por sua visão de mundo. É essa visão de mundo que norteia e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual particular, mas constitui um elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país e da humanidade como um todo (ALBERTI,1990)

Sempre de acordo com os propósitos da pesquisa, definidos com relação ao tema e a questão que se pretende investigar, são possíveis escolher o tipo de entrevista a ser realizado: entrevistas temáticas ou entrevistas de história de vida. As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto os de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes (ALBERTI,1990)

Vale dizer que, de certa forma, filtramos nossas lembranças, ativando aquilo que queremos que nos sejam significativos. Talvez não possamos impedir que certas lembranças afluam, mas podemos controlar a forma como essas lembranças saíam da esfera do íntimo, do privado, e ganharão vida própria no público.

5.4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PESQUISADOS

Em 21 de novembro 1987, enquanto o Balneário Rincão ainda era distrito de Içara, surgia o loteamento Mirassol. O loteamento nasceu de uma extensão de quatro hectares de dunas, com o surgimento de duas casas e uma estrada. O único dado que se possui hoje acerca disso é o depoimento da moradora mais antiga da comunidade Maria Albertina Silvino da Silva, hoje presidente da associação Mulheres do Mirassol que relatou que quando chegou ao local havia vários carroceiros que retiravam as areias das dunas e vendiam para aterros, deixando o campo de dunas aplainadas para a implantação de loteamentos.

Consequentemente, foram surgindo algumas famílias oriundas de localidades próximas e que começaram a construir seus barracos. Como, na época, não havia fiscalização, foram construídos sem nenhum planejamento. Em consequência disso, hoje se encontram moradias com ausência de infraestrutura e péssimas condições sanitárias. Mas o que se tem em mente é que tais loteamentos são resultantes de toda uma problemática social, na qual a população de baixa renda está imersa. Hoje, em consequência das retiradas da areia, formaram-se seis lagoas artificiais, com a profundidade de 12 metros cada uma, além de graves problemas ambientais.

Atualmente, em cima das dunas e do sambaqui, habitam aproximadamente 33 famílias, as quais vivem em situação precária. Essas famílias, até o final de dezembro de 2013, segundo informação da Prefeitura Municipal e do Ministério Público, deverão ser reassentadas para outro local. Não obstante às dificuldades enfrentadas, as moradoras mais velhas não pretendem sair do local, pois argumentam que não querem ficar afastadas dos netos e filhos, além de afirmarem que estão muito bem ali.

Dos 17 (dezessete) domicílios visitados para a realização das entrevistas, 100% delas foram feitas com mulheres, devido ao horário escolhido, que coincidia com o regime de trabalho dos homens. Diante dos dados coletados, percebe-se que a comunidade caracteriza-se por ser, em sua maioria, de baixa renda, em média um salário mínimo mensal. Cada residência abriga cerca de 2 (duas) a 5 (cinco) pessoas. A escolaridade das moradoras não ultrapassa o ensino fundamental I (de 1ª a 4ª série), salvo algumas exceções, como 2 (duas) entrevistadas que completaram o segundo grau. As casas são pequenas e simples, algumas de madeira, construídas com restos de construções civis, e com uma infraestrutura deficitária e de ocupação recente.

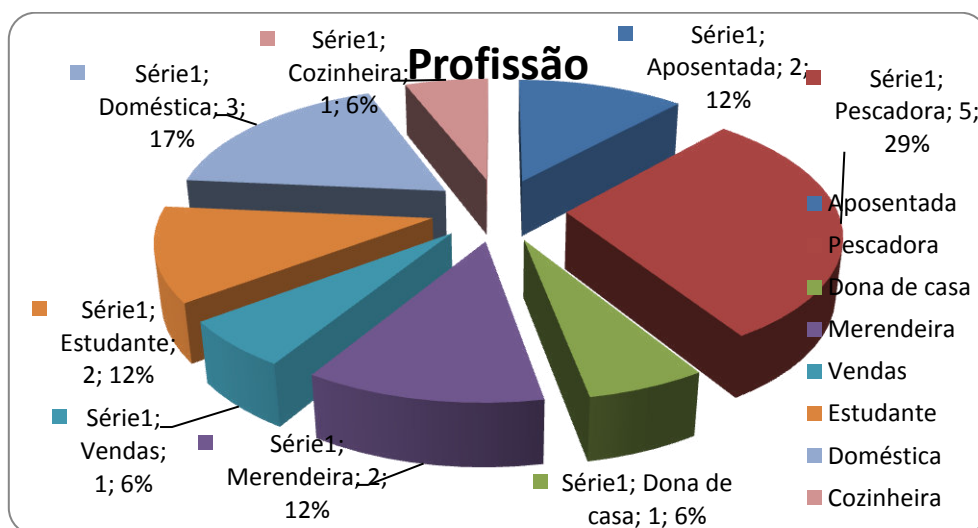
Vale saber que a nova Lei de crimes ambientais, de 12/02/98, expõe pena e punições, conforme artigo 64: “Construir em solo não edificável. Pena prisão de seis a doze meses, e multa. Solo não edificável são todos os terrenos com restrições quanto ao direito de construir, como dunas, mangues, parques municipais, áreas de preservação permanentes, etc.”. (BRASIL, 1998).

Assim sendo, a comunidade está diante de um grave problema, caracterizando, de um lado, a agressão ao meio ambiente e, de outro, toda uma problemática social que recai sobre a população de baixo poder aquisitivo.

O gráfico 1, a seguir, mostra a profissão das entrevistadas nos domicílios

visitados, nos quais se pode observar que predomina o envolvimento com a atividade da pesca, que, por vezes, se caracteriza pela sazonalidade e informalidade decorrente de fatores de defeso e da característica artesanal com que a captura do pescado é realizado.

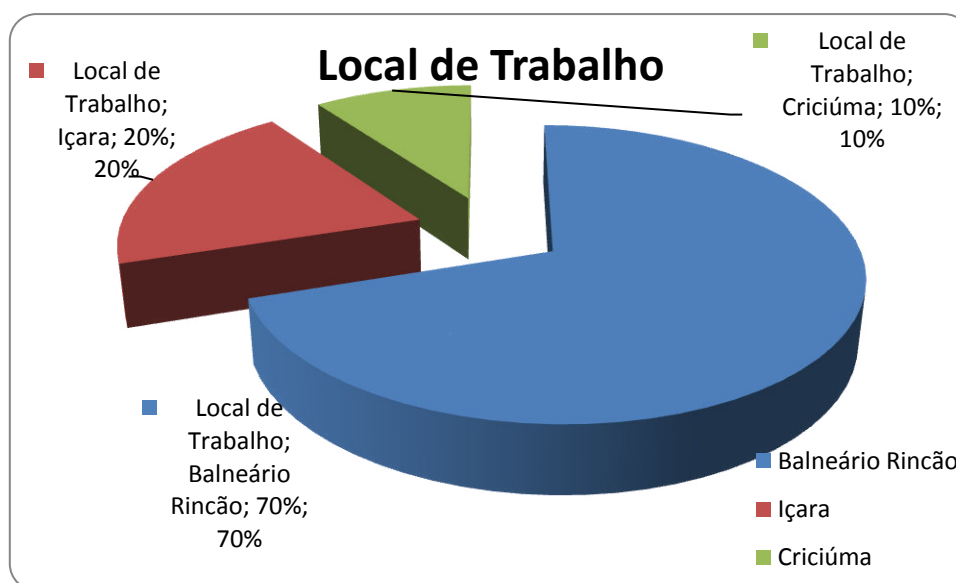
Gráfico 1 – Profissão/ocupação dos moradores



Fonte: Elaboração da autora, 2013.

O gráfico 2 mostra o local de trabalho das entrevistadas. 70% das mulheres trabalham no município de Balneario Rincão. As demais entrevistadas, 20%, trabalham em Içara, e as outras, 10%, em Criciúma. Elas argumentaram que trabalhar no lugar onde se mora é bem melhor, devido à facilidade de deslocamento. Elas confeccionam e comercializam artesanatos e pescados, além de outras atividades, como domésticas, aposentadas, trabalhando em colônia de pescadores, bem como de cozinheiras e merendeiras. Porém, o que predomina é a atividade de pescadora, sendo que algumas mulheres praticam a pesca por profissão. Comentam, também, que a oferta de trabalho é pouca e que não há opção de escolha.

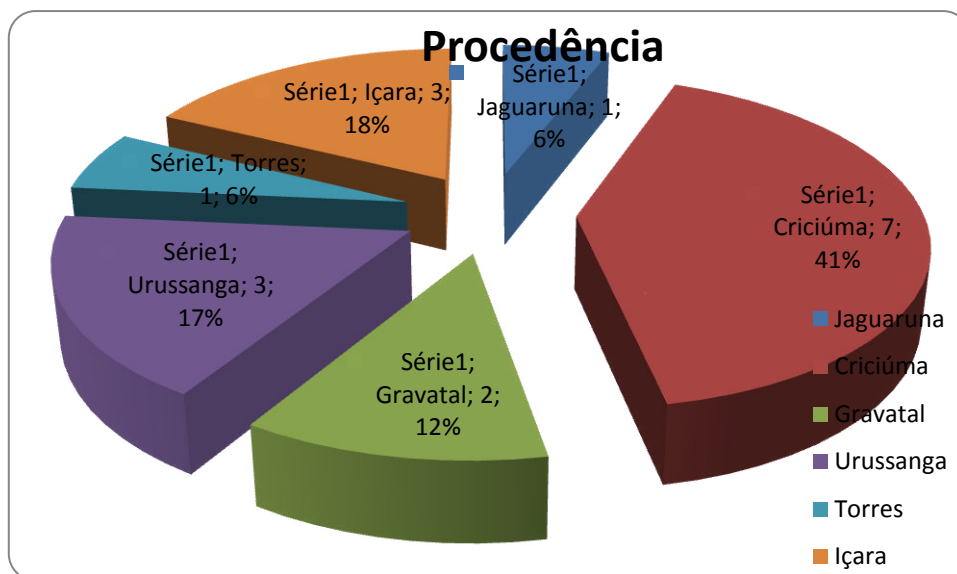
Gráfico 2 – Local de trabalho das moradoras entrevistadas



Fonte: Elaboração da autora, 2013.

O gráfico 3 demonstra a origem das entrevistadas, sendo que 41% são oriundas do município de Criciúma e as demais de municípios vizinhos a Balneário Rincão. É possível dizer que o fator determinante dessa migração foi à procura de terras para construção de moradias. Como as famílias que migravam para o município de Balneário Rincão eram de baixa renda, portanto, sem condições financeiras para investimentos imobiliários, a tendência foi procurar lugares para a construção de moradias sem o custo da compra do terreno. Dessa forma, e conforme relatado nas entrevistas realizadas, houve a ocupação das dunas, o que resultou no nascimento do Loteamento Mirassol.

Gráfico 3 – Procedência das moradoras do loteamento Mirassol



Fonte: Elaboração da autora, 2013.

Conforme a percepção das entrevistadas de como ocorreu a ocupação do lugar, dentre as 17 (dezessete) moradoras, 7 (sete) não sabiam ao certo como foi ocupado, pois, quando chegaram, já estava parcialmente urbanizado. As demais moradoras argumentaram que o lugar foi invadido por famílias que não tinham onde morar e, como não havia uma fiscalização dos órgãos federais e municipais na época em que chegaram, foram se fixando e construindo suas casas, no intuito de suprir suas necessidades mais elementares, como moradia e trabalho. Convém dizer que quando as entrevistadas foram informadas que construir naquela localidade era considerado crime, as mesmas disseram que não sabiam e relataram que desconheciam a legislação vigente.

As mulheres entrevistadas reconhecem a importância da preservação do meio ambiente; todas também reconheceram a importância da preservação de um ambiente equilibrado para os presentes e as futuras gerações, mas quando indagadas de forma mais específica sobre a preservação ambiental, elas consideraram que preservar o ambiente significa, primeiro, conhecer a sua importância, para depois preservar. Ilustrativa a argumentação, da professora da Universidade Federal de Sergipe Verônica Nunes “não se preserva o que não se conhece”.

Quanto às Áreas de Preservação Permanente, as mesmas já ouviram, eventualmente, algo a respeito, mas não conseguiram definir bem do que se tratava,

pois argumentam que falta, no local onde moram, alguém que transmita esse tipo de esclarecimento. No que tange à preservação do local onde habitam, as entrevistadas informaram não ser o item mais preocupante, já que a convivência familiar e a igualdade de condições dos moradores é o item mais importante.

Tentando saber sobre a importância do local onde moram, quanto à sua preservação, não deixaram dúvidas quando responderam que ali têm suas casas, suas famílias e que as pessoas vivem em igualdade de condições, mas o mais importante é terem as famílias sempre por perto. Assim, as moradoras argumentaram que existe uma íntima ligação com o local onde vivem e que os laços de afinidade, caracterizados por todo o envolvimento sentimental por aqueles que moram ali no lugar, criou um sentimento de apego, pois aqueles que saem, um dia pretendem voltar.

Importa destacar que, durante as entrevistas, todas as entrevistadas falaram muito bem do lugar onde moram, pois o Loteamento acabou se tornando um lugar especial, que tem a cara, forma e cheiro dos moradores, onde tudo é do jeito que devia ser para aqueles que vivem lá.

Cabe acrescentar que, das 17 (dezessete) entrevistas, 10 (dez) responderam que as informações sobre meio ambiente são obtidas por meio da TV. As demais entrevistadas responderam que as informações são obtidas por meio da internet, do rádio e de jornais. Das 17 (dezessete) entrevistas, 10 (dez) relataram, que no loteamento existem conflitos com as leis, porém, as mesmas não souberam explicitar quais e o porquê da existência desses conflitos. Além disso, merece destaque que 7 (sete) entrevistadas informaram que conhecem os conflitos existentes e que eles se referem às leis que protegem as dunas e os sambaquis que se encontram no loteamento.

Contextualizando os depoimentos dos entrevistados, reporta-se que, no Brasil, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC – define Conservação da Natureza como sendo:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o mesmo benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. (BRASIL, 2000).

5.4 RESULTADOS E ANÁLISES

A área de estudo, de modo geral, apresenta-se com elevado nível de degradação ambiental. Bem como a retiradas de areias, formação de lagoas artificiais, construções de casas e depósitos de lixos. Uma parcela da área, que ainda apresenta um bom estado de conservação, foi cercada pelo Ministério Público, portanto, demonstra-se que, para o processo de preservação, é importante que se efetue o isolamento da área. Conforme se observa na figura 3 e 4 que segue.

Figura 3 – Isolamento da área de APP



Fonte: Elaboração da autora, 2013.

Figura 4 – Isolamento da área de APP



Fonte: Elaboração da autora, 2013

Com base nos dados apresentados e analisando as políticas atuais sobre a APP, é possível dizer que a legislação existente é complexa e a sua fiscalização ineficiente. Por isso, depara-se, a todo o momento, com problemas como o do Loteamento Mirassol.

O tema escolhido para estudo é, sem dúvida, bastante polêmico, pois confronta questões ambientais com questões sociais, como habitação e preservação do meio ambiente. Pelo lado ambiental, a área representa um ecossistema necessário para o equilíbrio da região, que deve ser preservado. Também vale lembrar que quando uma Área de Preservação Permanente é ocupada, ela deixa de cumprir sua função, e, portanto, de assegurar sua proteção e preservação. Porém, neste caso, também está lidando com o fator humano, no qual a população de baixa renda não encontra um lugar para morar. Várias são as questões que podem ser levantadas neste ponto, afinal, essas pessoas que residem no local há mais de 5 anos (conforme entrevista), acabaram por morar ali devido à falta de opção, ou

melhor, pela inexistência de uma renda mínima necessária à aquisição de um imóvel.

A preservação das dunas na área possui um caráter de suma importância para o equilíbrio do meio ambiente no qual estão inseridas. Para assegurar esta proteção, têm-se diversas leis, tais como a Constituição Federal, a Constituição Estadual, as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e a Lei Orgânica Municipal. Infelizmente, como acontece com várias outras leis no país, muitas acabam não saindo do papel. Um dos motivos para o não cumprimento dessas leis está na falta de compromisso dos órgãos públicos para com os problemas ambientais.

Com relação às questões sociais, destaca-se que os locais em que foram fixadas as moradias eram impróprios ou inadequados para a construção. Ou seja, apesar da aquisição da moradia possuir um valor considerado baixo, a população sofre com a falta de condições de habitação. Conforme se observa nas figuras 5 e 6. No entanto, é preciso salientar que loteamentos, como o Mirassol, são locais resultantes de toda uma problemática social. Por certo que a comunidade ali residente encontra-se diante de um grave problema, caracterizado, de um lado, pela agressão ao meio ambiente e, de outro, por toda uma problemática social que recai sobre a baixa renda da população.

Nesse sentido, os órgãos públicos devem preservar as características ambientais originais do Loteamento Mirassol, tendo em vista a importância para o meio ambiente como um todo. E, com base no estudo aqui desenvolvido, pode-se concluir que a área do presente estudo é totalmente inadequada para a existência de um loteamento.

Figura 5-vista parcial do loteamento Mirassol, Balneário Rincão/SC



Fonte: Elaboração da autora,2013

Figura 6- vista parcial do loteamento Mirassol, Balneário Rincão/SC



Fonte :Elaboração da autora,2013

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os caminhos percorridos nessa pesquisa, chega-se a algumas considerações que estão permeadas desde o referencial teórico até a coleta e interpretação dos dados.

Com base nos resultados das análises, acredita-se que o caminho para a preservação deve, indubitavelmente, passar por um amplo programa de educação ambiental, envolvendo órgãos públicos, universidades, escolas e comunidade, para, assim, juntos, atingir o maior número de pessoas das mais diferentes faixas etárias e sociais.

Diante do que foi observado nesta Área de Preservação Permanente, constatou-se que existe degradação ambiental e extração de areia feita nas dunas fixas e móveis, tornando-se necessárias medidas para a proteção e conservação, como a proibição da construção de mais casas no local.

Conclui-se que as pessoas que ali moram têm pouco conhecimento sobre Área de Preservação Permanente e que nada vão poder fazer para contribuir com a preservação deste espaço, achando-se no direito de modificar esta paisagem, que já faz parte de seu cotidiano.

Sendo assim, faz-se necessário um programa de manejo, com uma estratégia de informações para a comunidade, além de programas de sensibilização pública, capaz de gerarem mudanças de postura a partir da compreensão das funções dos sistemas de dunas costeiras. Portanto, uma das principais propostas deste trabalho é a implantação de ações de educação ambiental nas escolas, nas associações de moradores e nas áreas frequentadas por turistas e veranistas. Através de um programa interdisciplinar e de campanhas informativas, pode-se chegar à conscientização da população frente ao meio ambiente, apontando os problemas existentes e discutindo soluções praticáveis, pois não se preserva o que não se conhece.

Sugiro que seja traçada uma continuidade na pesquisa que foi realizada para uma futura tomada de decisão em se tratando de planejamento e gestão territorial e APP.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990

ARAÚJO, D. S. D.; LACERDA, L. D. A Natureza da Restinga. **Revista Ciência Hoje**, v. 6, n. 33, p. 42-48, 1987.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. **Código Florestal**: Entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental. 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Hortalicas/26RO/cartilhaCF.pdf>. Acesso em: set. 2013.

BRASIL. **Código florestal de 1934**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/senado-oferece-um-projeto-equilibrado-para-o-novo-codigo-florestal-brasileiro/codigo-florestal-de-1934.aspx>>. Acesso em: set. 2013.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>>. Acesso: set. 2013.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA 261/1999**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res99/res26199.html> Acesso em: set, 2013

_____. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Código Florestal Brasileiro e suas alterações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: set. 2013.

_____. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: set. 2013.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: set. 2013.

BRASIL. Código Florestal. **Revista de audiências públicas do Senado Federal**, Ano 2, n. 9, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao>>. Acesso em: set. 2013.

BRASIL, Anna Maria; SANTOS, Fátima. **Dicionário: O ser humano e o meio ambiente de A a Z**. São Paulo: Ambiental, 2010.

CALLAI, Helena C. O meio ambiente no ensino fundamental. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 4, n. 27, p. 31-42, 1998.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CONSUMO Sustentável: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DOLLFUS, Oliver. **O espaço geográfico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FAGGIONATO, Sandra. **Percepção ambiental**. 2002. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acesso em: set. 2013.

FARIA, Caroline. Dunas. **Revista INFOESCOLA**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/dunas>>. Acesso em: ago. 2013.

FARNESI, Claudia Costa; MELO, Celine. O meio ambiente no ensino fundamental: espaços da escola. **Centro de Educação**, v. 27, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2002/01/a6.htm>>. Acesso em: out. 2013.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem e percepção ambiental**. São Paulo: Edusp, 1993.

GUIA de apoio aos educadores do Brasil. Conservação Internacional, Instituto Super eco e WWF-Brasil. **Investigando a biodiversidade: guia de apoio aos educadores do Brasil**. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?25082/investigando-a-biodiversidade>>. Acesso: set. 2013.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Texas: Ed. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.

KOZEL, Salete; FILIZOLA, Roberto. **Didática da Geografia: memória da Terra: o espaço vivido**. São Paulo: FTD, 1996.

LÉVÊQUE, Christian. **A biodiversidade**. Trad. Valdo Memelstein. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

LISBOA, Severina Sarah. A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. **Revista Ponto de Vista**, 2002.

Disponível<<http://www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume04/importanciaConceitosGeografia.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MACIEL, Marcela Albuquerque. As Áreas de Preservação Permanente em área urbana. O aparente conflito entre o Código Florestal e a Lei de Parcelamento do Solo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2705, 27 nov. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17914>>. Acesso em: set. 2013

MAZOYER, Marcel, História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/files/Historia%20das%20agriculturas%20no%20mundo%20-%20Mazoyer%20e%20Roudart.pdf> .Acesso em: set. 2013

MARTINS, Daniel Ganzarolli; SARMENTO, Ariana Moraes; OLIVEIRA, Júlia Corrêa de. **Educação ambiental na prática-reflexões do projeto biodiversidade Florianópolis, SC**. Disponível em:

<<http://planetavida.ning.com/forum/attachment/download?id=5964429%3AUploadedFile%3A18804>>. Acesso em: 24 set. 2013.

MATTOS, Ana Dantas. Valoração ambiental de áreas e preservação permanente da micro-bacia do Ribeirão São Bartolomeu no Município de Viçosa, MG. **Rev. Árvore**, v. 31, n. 2, p. 347-353, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000111&pid=S0100-6762201300020000700010&lng=en>. Acesso em: set. 2013.

NAIME, Roberto; GARCIA, Ana Cristina de Almeida. **Percepção ambiental e diretrizes para compreender a questão do meio ambiente**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

OLIVEIRA, Anízia C. de A. **Ecodinâmica das dunas costeiras de Sergipe**. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008. Disponível em: <http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=232>. Acesso em: set. 2013.

ROCHA, C. F. D. et al. A restinga de Jurubatiba e a conservação dos ambientes de restinga do Estado do Rio de Janeiro. In: ROCHA, C. F. D.; ESTEVES, F. A.; SCARANO, F. R. (Org.). **Pesquisas de longa duração na restinga de Jurubatiba: ecologia, história natural e conservação**. São Carlos: Rima, 2004.

SANTA CATARINA. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009a**. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_arquivos/parecer_lei_14675_cdigo_ambiental_sc.pdf>. Acesso em: set. 2013.

_____. Parlamento aprova Código Ambiental de SC. **AL Notícias**, Jornal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Ano 11, n. 323, 3 abr. 2009b. Disponível em:

<<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/alnoticias/pdf/ed323.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

SANTOS, Nilton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Nadine. **O Valor da biodiversidade**. Escola Secundária de Mafra. Disponível em: <www.notapositiva.com/trab_estudantes/trab.../valorbiodiversid.htm>. Acesso em: ago. 2013.

SPAROVEK, G. et al. **Considerações sobre o Código Florestal brasileiro**. 2010. Disponível em: <http://www.ekosbrasil.org/media/file/OpCF_gs_010610_v4.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980. v. VII.

VAZ, José Carlos. Legislação de Uso e Ocupação do Solo. Dicas – Polis – Ildesfes – Idéias para a Ação Municipal – DU Nº 77. São Paulo: Polis, 1996. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: out. 2013.

WALLAUER, J. P. et al. Levantamento dos mamíferos da Floresta Nacional de Três Barras-Santa Catarina. **Biotemas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 103-127, 1997.

VALLIATTI, Fernanda Albino. **Visão constitucional do Direito Ambiental**. São Paulo: Malheiros, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Roteiro de questões para a comunidade que ocupa o entorno da área de preservação permanente localizada na parte central do município de balneário rincão em setembro/2013

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Numero: []

Sexo: [1] feminino [2] masculino Profissão: _____

1. Há quanto tempo reside no bairro?

[] < = 5 anos [] > 5 anos

2. Trabalha no Município de Balneário Rincão

[] SIM [] NÃO Local de trabalho: _____

3. Gosta de residir no bairro?

[] SIM [] NÃO Porque? _____

4. Procedência

[] Santa Catarina/Município: _____

[] Outro Estado/Município Qual: _____

5 Você sabe informar como se deu a ocupação desse lugar?

6 Você considera importante conservar a natureza?

[] SIM [] NÃO Porque: _____

7 Em sua opinião o que é meio Ambiente, ou Área de Preservação Permanente?

8 Qual a importância desse lugar para você?

9 Você possui um vínculo afetivo com o lugar?

10 Qual sua melhor fonte de informação sobre meio ambiente?

11 Existem conflitos (sociais, ambientais, jurídicos) decorrentes desta ocupação? Em caso de resposta afirmativa, quais?
